

PRONOMES, UM DILEMA DE CLASSE

LÍGIA NEGRI
UFPR

O propósito deste artigo é rever a classe dos pronomes, levando em conta a sua diversidade; procurar clarear alguns pontos recorrendo a análises já consagradas sobre a questão; e verificar se há um critério ou critérios que justifiquem a classe tal como ela se apresenta hoje nas gramáticas.

Como se pode facilmente constatar, dentre as classes de palavras que constam das gramáticas do português a dos pronomes é, talvez, a que apresenta maior heterogeneidade quanto aos elementos que a constituem. Assim, agrupados sob o mesmo rótulo temos: pessoais, possessivos, demonstrativos, indefinidos, relativos e interrogativos. Uma questão então se coloca: o que permitiu aos gramáticos agrupar elementos que apresentam natureza semântica tão diversa?

Retomarei inicialmente a definição geral que as gramáticas tradicionais apresentam para os pronomes, que se resume a dois pontos principais:

- a) pronomes representam ou substituem um nome, e
- b) pronomes acompanham um substantivo determinando-lhe a extensão do significado.

No geral, as definições das gramáticas atêm-se, especialmente, ao caráter de "substituto" dos pronomes em relação aos nomes; no entanto, tais definições irão exigir a complementação expressa em b para dar conta também da sua função de determinante. Dito de outra forma, nesse tipo de definição a primeira parte, a, contempla os pronomes ditos "substantivos", e a segunda, b, os pronomes "adjetivos".

Tanto esse tipo de definição, quanto a que se reporta à relação dos pronomes com as pessoas do discurso, provêm da tradição clássica a respeito desta classe, como bem observa M. Lahud (1979), em seu trabalho sobre a dêixis.

Para retomar a discussão das teorias clássicas sobre o pronome e discutir a concepção que o toma como substituto dos nomes, Lahud lança mão da classificação das pessoas verbais que Arnauld e Lancelot utilizam em sua *Grammaire générale et raisonnée* (1660) ao apontarem a origem dos pronomes a partir da preocupação de se evitar uma "repetição insuportável" dos nomes que

aqueles poderiam substituir.

Assim, os pronomes pessoais aparecem como substitutos "do nome daquele que fala" - primeira pessoa, "do nome daquele para quem se fala" - segunda pessoa, e "dos nomes das pessoas ou das coisas das quais se fala" - terceira pessoa, incluindo-se aí os demonstrativos "que indicam como se fosse com o dedo a coisa de que se fala".¹ No entanto, M. Lahud já aponta a ressalva que os próprios autores fazem quanto ao traço de pessoalidade de tais pronomes, no sentido de que tal traço é adequado apenas às duas primeiras pessoas mas não à terceira, uma vez que esta "se aplica a todo o tipo de coisas e não exclusivamente a pessoas".

Lahud enfatiza que são utilizados dois critérios distintos para separar as duas primeiras pessoas da terceira:

- um notional - que caracteriza como abusiva a denominação de pessoa à terceira, que se aplica também a coisas.
- outro estrutural: uma vez que a terceira pessoa é definida "negativamente", apresentando um valor exclusivamente opositivo, indicando ausência das relações pessoais do sistema eu/tu.

Benveniste (1966), mais recentemente, retoma essa análise e a explicita em "Estrutura das relações de pessoa no verbo" e em "A natureza dos pronomes", em que ele estabelece dois critérios para opor as pessoas verbais:

- a correlação de pessoalidade: que distingue as pessoas eu/tu da não pessoa ele,
- a correlação de subjetividade: que opõe eu a tu.

Como se pode verificar, a análise de Benveniste remete claramente à dos gramáticos de Port-Royal e utiliza, basicamente, a mesma distinção. Assim, como se pode observar a constatação de que os pronomes pessoais apresentam natureza e função diferentes já remonta à gramática de Port-Royal e tem a sua diferença bem marcada por análises mais recentes.

Contudo, M. Lahud irá ressaltar que se o critério que se utiliza para caracterizar os pronomes é o seu caráter de substituto, tal marca não é suficiente uma vez que não se pode estabelecer nenhuma oposição estrutural no interior das pessoas verbais.

No entanto, esse autor observa, também, que Arnauld e Lancelot não estendem suas considerações a respeito das pessoas verbais para os pronomes, e que eles caracterizam os pronomes diferentemente dos nomes, não no que tange a sua significação mas sim quanto à maneira de significar.

¹ Para um aprofundamento da questão cf. M. Lahud 1979, cap.1, segunda parte.

"Os nomes representam claramente (peignent) ao espírito aquilo que os pronomes apenas designam de maneira "confusa"; estes remetem às substâncias, mas são desprovidos do conteúdo conceitual particular do qual o nome é portador e pelo qual descreve o objeto ao espírito." M. Lahud, obra citada, p.53.

Entretanto, verifica-se facilmente que o mero caráter de substituto não pode ser aplicado como critério geral a todos os pronomes, visto que parte dessa classe comporta-se como determinante.

Neste ponto é interessante relembrar a classificação de J. Soares Barbosa em sua Gramática Filosófica da Língua Portuguesa (1871) a respeito dos adjetivos, assim definidos:

"Adjetivo é um nome que exprime uma coisa como acessória de outra, para ser sempre o atributo de um sujeito claro ou oculto, sem o qual não pode subsistir." J.S. Barbosa, obra citada, p.95.

Para Soares Barbosa os adjetivos podem ser divididos em dois tipos básicos, conforme modifiquem ou a classe ou a espécie dos nomes a que se ligam. No primeiro caso, ligam-se aos indivíduos que compõem a classe, no segundo, às propriedades que compõem uma natureza comum.

Os do primeiro tipo ele irá denominar de **determinativos** e os do segundo, de **explicativos** ou **restritivos**, conforme a relação que se estabeleça com a noção modificada.

Os adjetivos determinativos irão portanto determinar e aplicar os nomes de classes e comuns a certos indivíduos particularmente.

Ainda segundo esta classificação, os adjetivos determinativos distinguem-se dos demais por três características:

- a) não causam mudança alguma na significação do nome comum, nem desenvolvendo-o como fazem os explicativos, nem limitando-o como fazem os restritivos,
- b) sempre precedem o nome apelativo que determinam,
- c) não são suscetíveis de aumento, nem de graus na sua significação.

Os adjetivos determinativos, ainda, aplicam-se aos nomes comuns e os determinam a um sentido individual de dois modos:

- 1- caracterizando-os por certas qualidades individuais: **qualidade**
- 2- contando-os e aplicando-os a certo número e quantidade de indivíduos: **quantidade**.

Os de **qualidade** compreendem os gerais e os especiais. Aqueles, os definidos e indefinidos; estes, os pessoais e os demonstrativos. Os de **quantidade** compreendem os universais e os partitivos; estes subdividindo-se em vagos e numerais, e aqueles em positivos e negativos. (cf. quadro 1)

ADJETIVOS DETERMINATIVOS							
QUALIDADE				QUANTIDADE			
GERAIS		ESPECIAIS		UNIVERSAIS		PARTITIVOS	
Def.	Indef.	Pessoal	Demons.	Posit.	Negat.	Vagos	Num.
0	um	eu meu	este aquele	todos	nenhum	muitos algum	um nono

Quadro 1

Se aceitarmos essa classificação veremos que ela utiliza um critério que agrupa os elementos segundo a sua função básica - a **determinação** e, segundo a sua natureza - a **delimitação** do nome segundo certas qualidades individuais ou conforme a aplicação a um certo número de indivíduos. Tal classificação permite compreender a atual composição da classe dos pronomes, contudo agrupa um número maior de elementos, tais como, os artigos e os numerais.

O problema inicial reaparece: existe uma classe de elementos com características comuns - os **pronomes** -, que é interessante preservar; ou, não há de fato unidade de função nem de natureza entre tais elementos e, portanto, tal classe é apenas fruto de um agrupamento historicamente feito pelos gramáticos?

Nesse quadro duas possibilidades se apresentam:

- uma, a de se eliminar completamente a classe dos pronomes e trabalhar com classes menores que sejam mais consistentes quer nocionalmente, quer funcionalmente, chegando-se quase que a elementos atômicos e classes restritas como no caso da distinção entre os pessoais,

- outra, a de redimensionar a classe dos pronomes descartando sua configuração atual, e trabalhar com uma classe mais ampla, a dos **determinantes**, definida a partir de critérios funcionais claros, ainda que congregue elementos de natureza nocional diversa.

A segunda opção parece mais interessante por apresentar

uma generalização maior ao considerar o caráter funcional de tais elementos, como o critério aglutinador da classe, reconhecendo um papel sintático comum.²

Contudo, essa segunda opção parece criar um problema para o caso dos pronomes pessoais e para o do demonstrativo neutro, por apresentarem um uso tipicamente substantivo.

No entanto, se se recorre novamente à concepção de Soares Barbosa, essa questão não se coloca, em virtude de sua concepção de determinação que não é uma função puramente morfo-sintática, mas uma relação que se estabelece entre o elemento determinante e o alvo da determinação, que pode ser um nome (como comumente se entende essa relação), ou um objeto do mundo. Este segundo seria o caso dos pessoais primitivos³, que segundo o autor em questão têm uma só relação e um só objeto e, por isso, "se põem no lugar dos nomes próprios que modificam", enquanto que os derivados "têm duas relações e dois objetos, um da pessoa a quem se referem, e outro da coisa que lhe fazem pertencer". J. Soares Barbosa ob. citada, pág.109.

Neste ponto, pode-se ou não aceitar essa concepção de Soares Barbosa, contudo qualquer que seja a aproximação que se faça da classe dos pronomes deve-se enfrentar sua heterogeneidade e inconsistência; e procurar explicitar os critérios utilizados para tal abordagem e as noções que se pretende privilegiar: se a natureza específica de cada elemento, quando se optaria pela primeira alternativa - a da dissolução da classe; ou se a função comum que todos esses elementos desempenham numa estrutura sintática, o que nos levaria à segunda alternativa e à proposta de ampliação da classe. A questão fundamental é que qualquer que seja a abordagem, ela deve tornar claros seus recortes e suas opções.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

CUNHA, C. & L.F.L. CINTRA 1985 - *Nova Gramática do Português Contemporâneo*. Rio de Janeiro, Nova Fronteira.

HALLIDAY, M.A.K. e R. HASAN 1976 - *Cohesion In English*. London, Longman Group Ltd.

² Uma proposta desse tipo encontra eco na análise da estrutura do SN apresentada por Halliday & Hasan 1976, p.40, que prevê a posição mais à esquerda para o determinante dentro da classe distribucional mais ampla de pré-modificador.

³ J. Soares Barbosa em sua *Grammatica Philosophica da Língua Portuguesa* considera dois tipos de determinativos pessoais: os primitivos (pessoais, propriamente ditos) - que modificam os nomes segundo o papel que tomam no discurso, i.é, na relação com o ato da palavra; e os derivados (os possessivos) - que determinam os nomes pela qualidade de pertinência ou posse relativa a cada uma das pessoas do discurso. O primeiro estabelecerá a relação de determinação com o objeto a ser delimitado numa relação direta, enquanto que o segundo o fará através da mediação de um nome, estabelecendo com a pessoa uma relação de segunda ordem.

LAHUD, M. 1979 - *A Propósito da Noção de Dêxis*. São Paulo, Ed. Ática.

SOARES BARBOSA, J. 1871 - *Grammatica Philosophica da Lingoa Portugueza*. Lisboa, Typographia da Academia Real das Sciencias, 5ª ed.